

Debate

Moderador: André Freire

Eu em breve abrirei o período de debate, porém aqui o Miguel Duarte queria fazer uma pequena intervenção e também eu próprio para depois lançar o debate farei algumas perguntas aos oradores e depois fica aberto. Então se faz favor Miguel.

Miguel Duarte

Muito boa tarde caros congressistas.

Em primeiro lugar, é para mim um grande privilégio estar a discutir democracia neste fórum. E discutir democracia porque enquanto jovem, enquanto líder de uma estrutura associativa e enquanto cidadão sinto sobretudo uma grande mágoa e vivemos períodos muito conturbados no que diz respeito a este conceito.

Como dizia há pouco o professor Condesso na sua intervenção, a democracia enquanto conceito poderá ser um entrave à sua verdadeira prática e missão. É exactamente isso que sentimos no dia a dia, sentimos que a democracia cai hoje como um conceito estanque, um conceito em que a democracia participativa acaba por ser desvalorizada, acaba por ter pouco significado e a escola de cidadania que deviam ser as instituições públicas, a escola pública não funciona.

E não funciona e é essa a nossa mágoa do dia a dia. Sentimos que os jovens estão totalmente alheados da vida política. Estão alheados do conceito de cidadania; estão alheados da vida cívica e esse é o grande drama que eu gostava de apresentar aqui. Porque embora nós jovem não sejamos a geração de Abril, somos sem dúvida filhos da geração de Abril e em tudo sentimos que os conceitos apresentados em Abril, os pilares de Abril, são cada vez mais postos em causa e cada vez mais nos afectam no dia a dia, sem que os próprios jovens tenham noção do que se está a passar e tenham esta mesma educação e sentido de cidadania necessário para combater outros valores que não os três D's que vimos a defender deste Abril.

Depois gostaria de me debruçar sobre a democracia cultural, obviamente tocar na questão da educação, uma vez que os três D's nos falavam de democracia e desenvolvimento.

A cultura é um dos pilares da democracia, mas o objectivo último será sempre o desenvolvimento. Hoje isto é completamente posto em causa por uma contínua destruição do conceito de Estado social, de Estado providência que já foi aqui apresentado, por uma contínua destruição do bem público também. E seguindo este rumo só vislumbramos um fundo para esta mesma democracia cultural, a sua inexistência porque cada vez mais naquele que é o grau diferenciador, o grau de ensino diferenciador das sociedades modernas, o ensino superior, notamos que o fenómeno neoliberal da privatização, o fenómeno da transnacionalização do ensino superior ultrapassa aquilo que são os objectivos ou que devem ser os objectivos do tal Estado social e os objectivos últimos do desenvolvimento.

Isto é sem dúvida preocupante e esta luta pela democratização do ensino superior que se enquadra na democracia cultural tem tido alguns pontos

mais controversos na sociedade portuguesa, mas na verdade quando assistimos a um novo processo em que entramos, que é o processo de internacionalização apercebemo-nos e onde se fala já noutro tipo de conceitos nomeadamente a Europa do conhecimento, os pressupostos de Lisboa, a sociedade do conhecimento global.

Portanto, quando se fala destes conceitos, assistimos a uma deturpação desses mesmos objectivos na prática quando esse processo de internacionalização em Portugal significa pouco mais do que nos reduzirmos a uma desresponsabilização do Estado, ao invés do que acontece nas verdadeiras sociais-democracias europeias, que ainda o são, e, independentemente dos fenómenos globais do neoliberalismo, permanecem vivos estes conceitos e portanto o estado social é de referência e sempre será.

É preocupante para nós também assistir a um outro fenómeno que no nosso país está realmente a assumir uma proporção realmente relevante e que tem que ver com a missão da universidade.

E a missão da universidade e a sua ligação à democracia é óbvia. A universidade sempre foi o espelho da estrutura vigente no próprio país. Assim, foi no Estado Novo, assim foi no início da República portanto foi promotora sempre das mudanças e do progresso mas também reflectiu sempre a estrutura vigente.

E o que acontece neste momento é que estamos a sofrer o processo de discussão de uma lei de autonomia universitária que é um claro retrocesso do conceito de democracia global que estamos hoje a discutir neste Congresso.

Na verdade, a independência e autonomia do saber só foram possíveis com a revolução de Abril, só foram possíveis com o conceito de democracia e hoje são postas em causa de forma global. A autonomia é violada, mas ao mesmo tempo acabam por se destruir outro tipo de conceitos, a tal gestão partilhada para passar aos métodos de gestão unilateral, ao fim de processos democráticos dentro das próprias instituições, coisa grave aliás porque as próprias universidades perdem o sentido de escola de cidadania cada vez mais para passar a ser instituições iguais a qualquer empresa privada – Universidade S.A.

Portanto este fenómeno é o ponto de discussão no nosso país ao contrário daquilo que tem vindo a ser algumas premissas vindas a público que vigoram nos outros países europeus acerca da gestão democrática em que se tenta caminhar no sentido de uma gestão partilhada e de uma cada vez maior participação dos jovens na vida das instituições do ensino superior.

Considero que é necessário também fazer a ponte para a instituição universidade, quer enquanto instituição promotora de desenvolvimento, quer enquanto instituição promotora da democracia e da cidadania.

Era esta apenas a ideia que gostava de deixar e espero que durante o debate se toque um bocadinho mais neste conceito, porque realmente a universidade está em causa, quer pela forma como a sua estrutura está ser radicalmente alterada quer pela forma como a sua missão tem vindo a ser deturpada, para passarmos a ter as tais fábricas de licenciados em vez de termos uma escola de cidadania e construtora de saber e de cidadãos.

André Freire

Muito obrigado Miguel. Eu já agora também vou fazer uma breve intervenção, um comentário. Vou fazer as tais perguntas e depois lanço o debate.

Eu não queria deixar de comentar as próprias palavras do Miguel. Sou professor do ensino superior público e de facto acho que o ensino superior é efectivamente estratégico no desenvolvimento das sociedades e das sociedades modernas. E se olharmos para as sociedades desenvolvidas à nossa volta na Europa e nos Estados Unidos, vimos que o investimento nesse domínio é muito forte.

E o que temos assistido em Portugal dos últimos anos a esta parte, no fundo desde 2002, é a um enormíssimo desinvestimento do Estado no ensino superior. E mais, está-se a assistir a um agravamento, a utilizar o alibi de Bolonha para se agravar, para se desinvestir ainda mais no ensino superior. Isto é trágico para o desenvolvimento do país, por um lado, e será trágico para aquele que é uma das funções sociais do ensino superior que é contribuir para a igualdade de oportunidades de vida entre as pessoas. Para que não tenhamos ilusões, as empresas privadas pretendem o lucro, não estão ali a fazer o serviço de igualização de condições de vida.

Queria dizer isto, porque realmente gostei da intervenção e queria dizer o seguinte: eu pessoalmente acho que num país com poucos recursos sou a favor das propinas, talvez não com esta taxa de incremento mas sou completamente a favor das propinas.

Mas há uma coisa que acho que os alunos têm toda a razão é que desde que as famílias e os estudantes foram chamados a contribuir para mais, o ensino se degradou imenso e isso é um escândalo.

Não há o apoio social e o Miguel saberá muito melhor que eu, mas nas escolas nós vemos que o dinheiro para livros não existe, muito menos do que havia antes, e isso é um indicador da qualidade.

Os centros de investigação estão completamente estrangulados, o dinheiro das propinas é usado para pagar salários e isto não é investir na qualidade. Isto foi e tem sido o embuste que tem sido vendido às famílias, aos portugueses e aos estudantes. Porque eu compreendia um acréscimo da participação das famílias e dos estudantes para aumentar a qualidade, porque o estado até tem recursos escassos. Mas isto é um embuste, tem sido um embuste. É trágico para a nossa democracia mas é o que se está a passar, e parece que a perspectiva é para mais.

Para não roubar mais tempo ao debate, vou deixar aqui só duas questões. Uma primeira questão para o João Miranda.

Fiquei surpreendido quando o João Miranda falou na questão do desenvolvimento, do ambiente, do papel positivo do poder local, por um lado, mas também negativo. Quando falou nas soluções para superar esses eventuais problemas, nomeadamente pela sua ligação ao imobiliário, não ter falado da questão fiscal, da captação fiscal. Não sei se poderá porventura falar, é uma ideia que lanço.

E finalmente, deixava duas ou três ideias ao professor Fernando Condesso, que aliás eu também tenho estudado, que são as questões da reforma do sistema eleitoral e do parlamento. Escrevi aliás o livro *O Parlamento, uma reforma necessária*, em conjunto com outras pessoas e tenho escrito sobre estas coisas.

Fico com a ideia, ou não percebo muito bem, se o professor Fernando Condesso pretende sugerir que o caminho seja uma democracia sem partidos? Não ficou claro qual era a linha geral do seu comentário em termos da reforma. Por outro lado, pareceu-me ouvir a ideia como algo positiva, limites à reeleição de titulares de cargos políticos, nomeadamente dos deputados. Isso pode ter um efeito negativo que é o da irresponsabilização política, porque se não temos horizonte eleitoral ficamos irresponsáveis, não temos que prestar contas a seguir.

Depois não percebi muito bem a flexibilização da substituição dos titulares durante o mandato. Não sei se percebi bem se falou nisso ou não. Uma ideia que retive e que compartilho é a da democratização dos partidos e dar papel aos militantes e se calhar dar papel aos militantes e ao partido internamente para escolherem os seus candidatos. No fundo, o processo de primárias seria talvez uma via mais importante que o sistema eleitoral na minha perspectiva.

João Miranda

Antes de responder ao repto que me foi lançado pelo professor André Freire, só gostava de deixar uma pequena nota pessoal sobre a intervenção do Miguel Duarte. No essencial concordo e também concordo ainda mais com o comentário do André Freire.

Nós estamos a assistir a uma descapitalização do ensino superior público e a declaração de Bolonha tem sido apresentada como um álibi para um desinvestimento e se associarmos, porque temporalmente podemos fazer essas associações, por um lado, o desinvestimento desde 2002 e agora se concomitantemente associarmos isto com a necessidade do Estado, com a ideia que o Estado vai financiar menos anos de licenciatura, efectivamente há aí um resultado trágico que é um resultado de desinvestimento e concordo em absoluto com o que foi aqui dito.

Curiosamente no estrangeiro esta discussão tem sido feita de outra forma. Em Portugal estamos a discutir a duração das licenciaturas, no estrangeiro discute-se a forma do ensino se aproximar mais do estudante. Em Portugal, da maneira como as coisas estão a ser forçadas, o resultado vai acabar por ser desemprego ao nível do ensino superior público, desemprego de docentes universitários. No estrangeiro, pelo contrário, através de sistemas de matriz inglesa de tutoria o que se discute é, pelo contrário, um aumento do número de professores universitários e, por outro, a previsão de carreiras de investigação. Quem exerce funções no ensino superior público com cargas horárias bastante exigentes e que às vezes tem centenas de alunos fica com pouco tempo para exercer bem essas funções e exercer investigação.

Em Portugal, a discussão está centrada na questão do financiamento e esse é que é o grande problema. É que a declaração de Bolonha não é o tema, o tema é o financiamento. Para o Estado o problema no fundo é o financiamento não é declaração de Bolonha e à laia da mobilidade dos estudantes, à laia da mobilidade dos docentes, o verdadeiro problema é o financiamento.

Respondendo concretamente à questão que me foi colocada efectivamente, eu não falei e deveria ter falado, o nó Górdio do problema em termos de poder local passa efectivamente pelo financiamento das autarquias locais e nós temos de saber combater este quadro em que vivemos, em que

temos um ciclo vicioso que é o financiamento de uma autarquia local depender do número de eleitores, dependendo o número de eleitores do número de habitações que por sua vez depende do número de licenças para a realização de operações urbanísticas.

Isto é um ciclo vicioso de que é muito difícil sair e, a meu ver, só se sai com uma alteração radical dos termos em que se processa o financiamento das autarquias locais.

Lá está o padrão, tem de ser o padrão da qualidade. Se nós temos um concelho que por razões de protecção do ambiente e do território tem 70, 80% do seu território inibido de construção para fins urbanísticos, então têm de existir correctivos que permitam de alguma forma compensar esse município, em relação a um outro que recebe uma transferência do orçamento de Estado muito maior porque tem mais eleitores, tem mais habitações, tem mais licenças para a realização de operações urbanísticas.

E eu aí estou perfeitamente de acordo e diria só uma pequena nota, a reforma do poder local também passa por uma reforma do sistema, não do sistema eleitoral, mas do sistema de governo local. Passa por afastarmos esta confusão, de limitarmos o número de mandatos, e estou de acordo com o professor Fernando Condesso, mas passa por deixarmos de ter esta confusão de uma oposição representada nos executivos camarários, devido exactamente às oposições terem pelouros, sendo assim também responsabilizadas pelo mal ou bom desempenho das autarquias locais e isto é gerador da perpetuação dos dinossauros autárquicos que nós temos no nosso país.

Depois isto, associado ao poder clientelar do imobiliário e do financiamento gera, o quadro em que nós vivemos, e que infelizmente é muito pouco democrático e, portanto, respondendo à questão deve existir quanto antes e já devia ter sido feito há mais tempo uma reforma das finanças locais, no sentido da qualidade e alterando completamente este ciclo vicioso de mais eleitores, mais financiamento, isto tem efectivamente que acabar.

António Seivas

Não concordo muito com a situação que Portugal não tem recursos e portanto o ensino superior não deve ser gratuito. Terá sempre de haver propinas. Não sei se Portugal tem ou não tem recursos, sei que é que se me perguntarem quantos assessores tem o ministro da Justiça, se haverá alguém que saberá dizer. Uns cinco, seis a ganhar oitocentos contos, novecentos contos e quem diz isso posso falar de outras coisas as despesas do Senhor Santana Lopes, para ter uma boa imagem.

Temos poucos recursos para umas coisas e poucos recursos para outras. Eu acho que efectivamente desde que haja sucesso escolar o ensino tem de ser gratuito.

Não será hoje, será daqui a dez, vinte anos, terá de ser mesmo assim, havendo sucesso escolar, porque aqueles que andam a brincar durante dois, três anos e não se formam, não pode ser e assim devem existir agravamentos. Mas a situação que se põe e a pergunta que eu coloco também e deixo aqui a minha reflexão é se a democracia precisa ou não de um organismo que a fiscalize?

Afinal de contas os partidos aparecem depois do 25 de Abril à luz do dia e essa história de que os partidos demonstram que há liberdade e há democracia é um pouco enganosa. Se não vejamos: por exemplo, vai haver

eleições autárquicas, quem é que vai escolher os candidatos para presidente da Câmara, para vereadores? Meia dúzia de pessoas, comissão política. Quem depois vai escolher os deputados? A federação distrital do partido, uma dúzia de pessoas.

Afinal a democracia acaba por funcionar como uma librocrazia, em que há muito mais cracia que demo.

Portanto eu pergunto: o Ministério Público é representante e fiscalizador da legitimidade democrática, mas alguns dos congressistas está a ver o Ministério Público a levantar um problema, que a situação no partido A é uma comissão política de meia dúzia que restringe as liberdades de escolha de determinados candidatos e isso a nível distrital até chegarmos aos órgãos superiores.

E já agora, esta pergunta também, será que é necessário em terras de liberdade um controlo dessa mesma liberdade, mas havendo esse controlo de liberdades estamos a negá-las?

Portanto, eu gostava de ouvir, nomeadamente também o senhor professor sobre este tema que eu ouvi em falar na repersonalização do Parlamento, e fiquei com a ideia de que uma segunda câmara de pessoas, um Senado, de pessoas mais isentas que tivessem um currículo político que as levasse a ter proeminência. Mas tudo isso não será uma forma, e esta dúvida que eu tenho, é esta dicotomia que gostava de ouvir da parte de mais congressistas. Será, por um lado, a necessidade de haver uma fiscalização da liberdade e da democracia para bem dos cidadãos, exigir efectivamente um novo organismo ou será que com esse novo organismo vamos criar estruturas que vão aprisionar a liberdade a determinados compromissos.

Acho que realmente a democracia tem muito que ver com a literacia, com a cultura e tem de começar na escola primária com uma cadeira de cidadania, tem muito que ver com uma conquista diária e estarmos todos vigilantes e sermos todos actuantes para termos efectivamente uma liberdade se não acabamos por ter uma liberdade entre comas.

Fernando Condesso

Sobre as questões que me foram colocadas essencialmente podemos sintetizar em democracia sem partidos, a questão dos limites à reeleição dos deputados, a questão da flexibilidade que eu vou tentar refazer para tentar ver se nos entendemos e depois a questão da liberdade da comunicação social e Senado sim ou não, novas estruturas.

No que diz respeito à democracia sem partidos, eu creio que o aparecimento de organizações de apoio aos candidatos que já não é de agora e que é secular, embora muitas vezes para recolha de fundos e apoio logístico. Isso foi evoluindo e trouxe uma organização que gerou uma dinâmica em termos gerais, quer eleitorais, quer de campanha, quer mesmo ao funcionamento da democracia que é hoje já um acervo que não é destrutível.

E portanto não se põe o problema da democracia sem partidos o que temos de ver é que democracia com que partidos, era isso que eu queria colocar. Porque o problema é dos partidos serem hoje verdadeiros centros de poder e nalguns sítios as constituições nem falam em partidos. Nós temos, falamos neles e eles lá estão e são verdadeiros centros de poder. Às vezes até se constituem primeiro os partidos e depois o Estado.

Se calhar este é um governo disfarçadamente presidencial, mas preferia um governo presidencial do general Eanes em que ele controlava a nomeação, o exercício e demitia quando queria de que o um governo presidencial em que o Presidente nomeia e a seguir já não controla nada, perdeu o controlo de tudo e até deixa de ser Presidente.

Portanto, o problema que para mim se põe é o excesso de poder dos partidos na vida portuguesa e é um fenómeno também das democracias em geral. O que existe é um reforço da sua democracia interna, os princípios constitucionais da democracia têm de se aplicar também aos partidos e a fiscalização também se tem de fazer em relação a eles. Eu conheço vários partidos e até conheço melhor os que não são o meu. No meu, onde costumava exercer funções, tinha mais adversários do que nos outros, portanto sou capaz de conhecer melhor a vida nos outros.

Mas eu sei que em nome de muitas coisas e mesmo quando eu fui o número dois de um partido, enquanto presidente de um grupo parlamentar, quantas vezes outras chegavam e diziam: “não se vão falar de nomes, nem para o Governo, nem para sair nem para entrar, porque senão começa a comunicação social”. Isso significava que um ou dois ao jantar decidia os nomes, claro que depois eu podia-me aborrecer e dizer esse não foi o mais adequado, mas isso só criava problemas e depois eu ia para casa dormir, não estava para me aborrecer.

Não há funcionamento colegial. Em geral isto foi-se estendendo, não foi só num partido. Eu penso que posso dizer que é em mais que um partido. E esta questão da eleição directa é quase como um referendo ou plebiscito. No fundo, são dinâmicas que não garantem, e mesmo que garantam, uma legitimidade originária eu penso que como dizia São Tomás Aquino “a legitimidade funcional é tão importante como a originária”. O Hitler também teve legitimidade originária mas perdeu-a funcionalmente.

E portanto ligo muito mais à legitimidade funcional do que a originária, sem com isso pretender que eu estou a defender que se pode começar por ser ditador e a seguir estar-se legitimado, não é isso que eu quero dizer.

Mas, portanto, para mim é importante a questão do sistema eleitoral, quando o sistema eleitoral mudar, quando os líderes partidários...você vejam como os líderes partidários mandam nos grupos parlamentares e alguns deles nunca foram pessoalmente eleitos, e são escolhidos por um colégio de militantes que nunca tiveram eleições nenhuma.

Num verdadeiro sistema mais repersonalizado em que os deputados são eles eleitos, um sistema que não seja fechado, é claro que é difícil.

Eu sou defensor do projecto do Nunes Almeida que foi defendido em 98 durante o governo socialista. Penso que era um projecto bastante equilibrado que não negava tudo, a tradição dos distritos e simultaneamente com o duplo voto com uma pequena alteração que Nunes Almeida acabou por aceitar que eu lhe tinha sugerido.

Quanto à questão da flexibilidade, referia-me à substituição dos altos cargos. Eu tenho presente isto. Tenho amigos nas várias magistraturas e tenho uma filha que é juiz e tenho um genro que é juiz, mas toda a gente percebe, por exemplo, o caso do procurador-geral da República. Nós temos uma dinastia de procurador-geral da República que só sai se o anterior negociar um lugar para ele e negociar que o seguinte é o que ele escolhe.

Porque são três ordens a eleger, é o Governo, é o Presidente, e para demitir também são três e como não quer dar a entender que está a pressionar elas são dinastias autênticas. Eu sei que não só por causa disso por que têm tantos segredos, que têm mesmo de ser negociado, mas se tivessem em tempos mais curtos talvez os segredos não fossem tantos.

O que eu penso é o seguinte: acho bem as cautelas na escolha das altas figuras do Estado, acho bem as cautelas que é necessário ter quando existem vários órgãos a intervir. Mas quando se perde a legitimidade funcional porque a sociedade, porque os meios jurídicos, etc. põem em causa o cargo, aí não é preciso tanta gente para fazer com que a identidade saia, basta que umas das identidades que representa um órgão de soberania entenda que deveria haver uma maior flexibilização.

Quanto ao problema da liberdade da comunicação social obviamente que sou defensor da liberdade da comunicação social. Não sei em que sentido a questão estava a ser colocada, agora penso que na comunicação social de hoje não podemos confiar nela como um quarto poder. Ela já não é um quarto poder, é já um poder dentro do poder. Ele são assessores, promotores da imagem, não fazem informação também fazem contra-informação, propaganda para o Governo quando arranja jornalistas para os assessorar. No fundo, procuram difundir através dos conhecimentos que têm nos órgãos de comunicação e nos colegas o que lhes agrada, por isso é propaganda não é informação.

Mas o que queria dizer é que isto é muito mais grave porque hoje os grandes grupos económicos vão controlando a comunicação social, não são os jornalistas a dirigir até já se arranjou a expressão “equiparado a jornalista”. Portanto, hoje a comunicação social não é gerida por jornalistas, é gerida por gestores; hoje o que interessa é o lucro, não é a verdade. Logo o que interessa, a mentira não tem importância desde que tenha direito, a contra-informação, não tem importância. Se vamos por aí, se não democratizamos a comunicação social e até as autarquias já subsidiam, e eu nem sabia que isso era muito legal. E se subsidiam têm o apoio daqueles jornais e a oposição não tem apoio nenhum.

Quanto à questão do senado só queria dizer o seguinte: os senadores existem quando o Mário Soares abre a boca, quando o Freitas do Amaral abre a boca, quando vários ex-presidentes abrem a boca. Eles estão é libertos, estão aí livres e não estão agregados como poderiam estar e eu não tenho medo que hajam mais órgãos.

Aos que criticaram a regionalização porque criava mais líderes, eu, que sou um homem que também fez um doutoramento em Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, na parte científica e na parte jurídica, aprendi que as lideranças são também um motor de desenvolvimento. As lideranças regionais também são motores de imaginação, a liderança é o território nas suas virtualidades endógenas.

Aliás, houve aqui um tema interessante sobre esta questão e as virtualidades do território naquilo que é endógeno. O território tem de ser transformado em instrumento do seu próprio desenvolvimento, seja ele qual for. Mas a liderança em qualquer parte é importante. Não tenhamos medo de duplicar os órgãos quando efectivamente nem temos de duplicar verbas, nem duplicar quadros, podemos tirar de um sítio e meter noutra. As lideranças são sempre importante e não importa se o país é pequeno se tem a mesma língua

ou uma nação com muitos séculos, o que importa é que tem assimetrias e o facto de não se ter regionalizado antes deu origem a canalizar através do poder central as coisas todas para Lisboa. E já não se pode viver aqui, vivo aqui mas eu já prefiro ir para província porque isto desenvolveu-se tanto mas poluiu-se tanto que era preferível que com a regionalização se tivesse desenvolvido outros locais.

Muito obrigado.

Interveniente não identificado

Vou tentar ser rápido até porque tive a oportunidade de estar num colóquio mais pequeno, no Palácio de São Marcos, em Coimbra, também subordinado a este tema acerca de meio ano e também organizado pela Associação 25 de Abril e onde as questões aqui debatidas também foram lá abordadas.

De qualquer forma, algumas reflexões sobre coisas que foram aqui ditas: a questão dos partidos e avançar aqui com algumas propostas de solução.

Eu acho que de facto a democracia faz sentido com os partidos, podendo ser aperfeiçoados alguns mecanismos. E de qualquer forma, já temos hoje coisas notáveis, como tivemos aqui em Lisboa o caso do doutor Sá Fernandes que vindo da sociedade civil conseguiu despoletar um mecanismo de fiscalização dos próprios actos políticos, diria também que na Figueira da Foz e em Coimbra, donde sou, temos casos semelhantes em relação ao Euro estádio, também despoletado por um arquitecto por violação do PDM

Já há alguns mecanismo que permitam que a sociedade civil mais esclarecida vá de alguma forma intervindo e fiscalizando a actividade do poder político, o que em si mesmo também é um fenómeno de reforço da própria democracia e do funcionamento do sistema democrático.

Diria, pegando nisto, que de facto a democracia em Portugal tem trinta anos, muito pouco na história de Portugal mas para mim é muito, é a minha vida e para muito dos presentes é cerca da metade da sua vida, diria um terço da sua vida para os mais velhos e por isso temos de que compatibilizar estas formas recentes de democracia no nosso país que se chocam com a própria juventude e com a nossa necessidade de querer intervir que vai chocando e esbarrando com alguns mecanismos próprios também de uma democracia muito recente.

Eu faria apenas um reparo e chamaria a atenção, até porque tenho uma experiência num partido do qual faço parte, o Partido Socialista e da própria Juventude Socialista onde já foi candidato a secretário-geral por isso tenho uma noção mais ou menos de como funcionam os partidos. E não acho que funcionam assim tão mal como se quer fazer crer, acho porém que precisam de mecanismos internos que passam pela própria alteração da lei dos partidos, de alguma fiscalização interna. Ou seja, a forma democrática, independentemente das formas directas ou indirectas de democracia, não deixa de estar legitimada, sofre algum problema na fiscalização. Ou seja, a fiscalização dos órgãos jurisdicionais do partido é uma fiscalização interna também ela sujeita a sufrágio. Porém, nos partidos os meios jurisdicionais aparecem numa fase muito posterior ou seja raramente chegam a tribunal as questões que se prendem com as questões internas dos partidos e ficam pelos órgãos jurisdicionais dos próprios.

O que eu acho é que seria desejável e possível que se criasse para os partidos, que fosse consagrado efectivamente para os partidos, uma jurisdição, que não sei se poderia ser chamado tribunal arbitral, uma coisa que não fosse assim tão pesada, não existem assim tantos no nosso país, composto por magistrados que fiscalizassem em primeira instância alguns actos dos partidos e que o cidadão de forma simples, à semelhança do que já acontece noutros tribunais arbitrais, pudesse em primeira instância, ou melhor, o militante pudesse recorrer de uma situação com que não concorda, de uma comissão política que não correu muito bem. Parece-me que se soltavam algumas amarras que se prendem com o funcionamento interno dos partidos e provavelmente conseguir-se-ia uma fiscalização melhor.

É uma proposta de construção que tem alguma reflexão, mas não a suficiente, mas parece-me que podia ser um dos caminhos. E é um dos caminhos que gostava de aqui deixar que me parece que tornaria mais transparente e dentro de uma maior legalidade o funcionamento dos partidos políticos.

Indo ao poder local, até porque foi feita aqui uma reflexão importante sobre as questões das taxas e da forma de financiamento das autarquias e do poder local. Eu evolui muito recentemente para os executivos monocores, pois acho que de facto os executivos que não são monocores não funcionam; a forma como estão organizados, os próprios vereadores quando estão na oposição só servem para dizer o contrário do que diz a maioria do próprio executivo e, muitas vezes, servem para ser aliciados para a maioria de dois terços, sobretudo nas questões de ordenamento do território são na prática comprados.

E porque me parece ser desejável caminhar para executivos monocores, mais reduzidos e com reforços efectivos e isso é o que me parece importante e consagrar realmente os poderes da Assembleia Municipal e com assessorias aos membros da Assembleia Municipal que permitam um acesso aos documentos da Câmara, um controlo democrático, um controlo da legalidade por essa via dentro da Assembleia Municipal.

Chamar a atenção porque que me parecia prudente e desejável que em questão de financiamento as câmaras, para além dos recursos através do IMI actual e de alguns recursos financeiros que já pode fixar algumas taxas, que pudessem ter mais meios financeiros. O que me parece desejável é que todos os anos houvesse, de forma transparente, assente logo após a eleição, qual é o bolo financeiro que nós temos e qual é o bolo financeiro que vamos captar juntos dos cidadãos.

Para que o cidadão de alguma maneira pudesse avaliar e, de forma transparente, não me repugna que seja a própria autarquia a cobrar algumas taxas/impostos, mas que se abrisse esta possibilidade do cidadão fiscalizar: "o bolo que demos a este e chegou a fim desta forma". Tem de ser feito de forma muito transparente porque cada vez que lhe vão ao bolso o cidadão quer saber porque é tanto e sobretudo tem de haver um controlo muito transparente de como a autarquia vai gerindo os bolos financeiros, quer as transferências da Administração Central, via lei das finanças locais, quer as próprias receitas que lhes é possibilitada ter.

Por isso parece-me muito interessante que se aumentasse esta transparência. E de facto o que nós ainda vamos tendo é muita opacidade que não é desejável.

Terminaria com a educação, que era por onde deveria ter começado, embora não exista aqui uma qualquer hierarquia, mas acho que a cidadania, a vontade de participação nos partidos ou nos outros movimentos que felizmente vão surgindo ou seja são sempre foras de debate e discussão importantes, passam muito pela educação e a missão da própria escola, ainda antes da universidade, faz e despoleta nas pessoas mais jovens uma fase de participação embrionária que é muito necessária até para elas estarem mais esclarecidas.

Daria um exemplo rápido, porque eu sou fruto de uma geração em Coimbra, onde as próprias juventudes partidárias intervinham muito no ensino secundário, e por razões dos próprios partidos decidiram sair do associativismo secundário, deixaram de se envolver tanto e hoje há um grande défice de participação dos mais jovens, o que depois implica défices de participação a jusante, muitas vezes no ensino superior.

E por isso parecia-me importante, de facto, que estas questões da cidadania, da participação, do debate, da criatividade, dizendo às vezes coisas menos acertadas mas participando para depois se ouvir e fazer algumas reflexões, começasse logo na escola.

E terminava como uma questão sobre o ensino superior, porque até sou amigo do Miguel Duarte e vínhamos a falar disso na viagem. De facto prende-se com a própria democratização do ensino superior e com a evolução do processo de Bolonha. E neste momento vinha a discutir com ele uma coisa engraçada neste quadro de três mais dois que se vem discutindo onde há espaço para ensino superior politécnico, ou seja, sinceramente neste quadro começa a não se perceber a diferença entre universidade e ensino superior politécnico, isto num país com poucos recursos e com esta disparidade começa a não fazer sentido a própria distinção entre ensino universitário e ensino superior politécnico.

Não deixam de ser algumas reflexões, pois este tema dá para fazermos muito mais, mas enfim eram só alguns contributos que queria deixar.

Mário Frota

(... microfone desligado)

Seria bom que, no geral, esse esclarecimento atingisse todos os extractos da população, porque há a convicção que a Carta de Bolonha corresponde a uma directiva que carece ou merece de transposição para a ordem interna ou de um regularmente que se aplique directa e imediatamente nos prazos nele previstos. Esse debate se devesse estender à denominada sociedade civil.

Outra observação acerca dos meios à disposição do cidadãos, e importa distinguir aí a sociedade civil pretensamente organizada dos cidadãos individualmente considerados, é que a acção popular ao contrário do que se possa supor não é panaceia universal.

O doutor Sá Fernandes porque sabe da poda e é advogado pode efectivamente instaurar acções desse tipo ao contrário do que acontece com a generalidade dos cidadãos, porque exigindo-se patrocínio judiciário obrigatório isso implica necessariamente que qualquer cidadão se deva fazer acompanhar de advogado para propor uma acção desse jaez.

E mais, se eventualmente não obter ganho de causa tem que pôr a sua bolsa de reserva porque pode eventualmente ter de pagar custas e dentro das proporções que a lei estabelece. Também há curiosamente outro tipo de acção: a acção inibitória prevista na Lei do Consumidor que confere legitimidade processual activa aos consumidores individualmente considerados, mas sendo uma lei de 1996 nem sequer a acção inibitória no geral está por assim dizer processualizada, não está regulamentada.

E o doutor Vera Jardim teve a oportunidade nas mãos, houve insistências nesse sentido e não o fez. Os sucessivos governos não o fizeram e esse instrumento está hoje subtraído da disponibilidade dos cidadãos e das associações de consumidores enquanto tal.

Obrigado.

Miguel Duarte

Eu tenho mais duas ou três observações sobre aquilo que foi sendo dito.

Penso que o professor João Miranda disse tudo. Isto é um fenómeno global que tem assumido uma especial relevância nos países periféricos e semiperiféricos, que são os primeiros a sentir as pressões do mercado e a abandonar os conceitos do Estado social. Se estamos aqui hoje a discutir democracia também queremos, e era esse um dos pressupostos de Abril, uma social-democracia. Por isso quando falamos de social-democracia não podemos abandonar um dos seus pilares que é cada vez mais a educação e o ensino superior como grau diferenciador das sociedades modernas.

Era nesta perspectiva que gostava de falar e quando falámos da questão do financiamento, é verdade que o processo de internacionalização no nosso país se está a reduzir à questão do financiamento, mas por uma razão muito simples pois infelizmente a matriz de discussão no nosso país acerca deste assunto resume-se a questões meramente orçamentais e não à tal reforma que se pretende.

A verdade é que quando se discutem reformas da aprendizagem, o novo modelo de aprendizagem centrado no aluno, que já foi aqui referido hoje, tudo isso é posto de parte para discutir financiamento, porque no nosso país a única lógica e as opções políticas dos governos têm uma perspectiva sobre Bolonha.

Bolonha é uma oportunidade de ouro que temos de conseguir. Desresponsabilizar o Estado e, ao mesmo tempo, passarmos para esta equiparação entre ensino privado e ensino público, sendo que a pressão do mercado é enorme também para chegar a este mercado do futuro que é a educação. E cada vez mais que os países vão abandonando este pilar do Estado social, tal como na saúde aliás, e ao mesmo tempo o fenómeno de transnacionalização do ensino superior que começa cada vez mais a surgir.

O mais dois que falávamos há pouco será se o caminho for este, os diplomas vendidos por Yale, Oxford, vendidos aqui em alguma delegação em Lisboa e no Porto que certamente terão as suas sucursais para vender estes diplomas.

Portanto é tão grave quanto isto porque nunca podemos discutir democracia sem discutir a universidade.

A universidade é, foi e será, e esperemos que assim o seja, um pilar da democracia, quer pela sua construção, quer pelo seu pensamento e portanto a própria sustentabilidade da democracia reside na instituição universidade.

Era a nata que queria deixar, apenas a dizer mais uma coisa que não tem que ver com a universidade e a sua missão mas que é uma preocupação que deve ter sido discutida noutra painel.

Foi aqui abordada ao de leve aquilo que são as relações entre o poder económico e o poder político e penso que isto constitui a maior fonte de perversão da política nos nossos dias. E quando nós sabemos que um senhor do outro lado do Atlântico é eleito, um pelas grandes indústrias de armamento e o outro pelas petrolíferas, já sabemos qual é o rumo do mundo para os próximos quatro anos e essa é a perversão absoluta da democracia.

E é com grande pena que o verificamos esperamos que esta discussão seja também preventiva nesta perspectiva.

Obrigado.